

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	13
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	14
10.5 - Políticas contábeis críticas	30
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	43

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

**Empréstimos e financiamentos:** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

**Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

**Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

**Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

**a) Risco de taxas de câmbio**

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

**b) Risco de taxa de juros**

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

**c) Risco de crédito**

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

**d) Risco de preço dos materiais**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****a. As principais práticas de controles internos em grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a Administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis aceitos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros.

**b. As estruturas organizacionais envolvidas.**

A Gerência Financeira - principal área responsável pelas demonstrações financeiras - conta com o suporte da Coordenação de contabilidade para elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Gerência Financeira reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia para revisão e aprovação das demonstrações financeiras.

**c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

O resultado de todos os trabalhos no exercício é reportado à Gerente Financeira e posteriormente ao Presidente do Conselho de Administração. Qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

**d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2018 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo, a Martinelli Auditores, apresentou relatório com objetivo demonstrar as falhas existentes na área relacionada, juntamente com sua evidência, a qual suporta o entendimento do fato e as respectivas ações propostas para sua solução. Foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

**e. Comentário dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

- a) se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia implantou em 2018 o código de ética e o comitê de ética, que trata da identificação e avaliação de riscos relacionados a fraude e corrupção para os processos que possuem interface com agentes públicos.

- b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia tem um canal formalizado intitulado “Pronto Falei”, onde o usuário tem possibilidade de fazer sua denúncia de forma anônima ou não.

- c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão. Aquisição e reestruturação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia implantou o comitê de Ética que analisa práticas irregulares.

- d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não se aplica.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social, bem como, quaisquer expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não existem outras informações relevantes sobre este item “5”.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2018, 2017 e 2016 a Companhia registrou, respectivamente, lucro de R\$ 12.035 Mil, lucro de R\$ 36.738 Mil, prejuízo de R\$ 15.691 Mil. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 31.854 Mil, R\$ 25.468 Mil e R\$ 17.091 Mil, nos mesmos períodos.

**b. estrutura de capital**

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em sua geração de caixa.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Os recursos necessários para capital de giro e aplicação em ativos não-circulantes são gerados pela própria atividade operacional, como também, captados em instituições financeiras com as quais a companhia mantém negócios.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Além das modalidades de créditos mencionadas no item anterior, a Companhia dispõe de outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos, dentre elas temos: ACC, ACE, CDC, CCB. A companhia também está exercendo esforços em busca de linhas de financiamento de longo prazo, que permitam o alongamento geral de seu perfil de endividamento, visando com isto uma melhor condição de caixa.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

<b>Modalidade</b>	<b>Juros mensal</b>	<b>Garantias</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Capital de Giro	0,49%+100% do CDI	Duplicata/Hipoteca	6.084	11.278
ACC	11,09% ao ano	Aval	1.348	1.277
ACE	8,99% ao ano	Aval	1.204	1.080
Conta Garantida	1,3% ao mês	Duplicata	1	679
Empréstimo	0,59% ao mês + TJLP	Hipoteca	-	2.114
Finame/Finep	0,29% ao mês + TJLP	Alienação Fiduciária	-	273
Prodec	2% ao ano		6	3.825
Limite	13,44% ao mês		17	53
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>8.660</b>	<b>20.579</b>
Circulante			7.687	16.199
Não circulante			973	4.380
<b>Por data de vencimento</b>			<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Em até 6 meses			5.742	13.457
De 6 meses a 1 ano			1.945	2.742
De 1 a 2 anos			973	3.505
De 2 a 3 anos			-	875
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>			<b>8.660</b>	<b>20.579</b>

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Vide demonstrativo acima.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não há restrições impostas ao emissor.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Não se aplica.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Demonstração do Resultado

No exercício de 2018 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 145.185 mil, contra R\$ 122.529 mil em 2017, apresentando, portanto, um aumento de 18,49%.

As vendas internas atingiram R\$ 125.214 mil, o que representou 86,24% da ROL, representando um aumento de 20,97% em relação a 2017. As vendas externas totalizaram R\$ 19.971 mil, atingindo 13,76% da ROL, importando num aumento de 5,0%, comparado ao desempenho de 2017.

O resultado líquido da Companhia ficou positivo em R\$ 12.035 mil, representando 8,29% da ROL. Em 2017 a Companhia registrou um lucro de R\$ 36.738 mil, equivalente a 29,98% da ROL.

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA ficou positiva em R\$ 31.854 mil, com aumento de 25,07% sobre o resultado obtido em 2017. A margem do EBITDA atingiu 21,94%, 1,16 pontos percentuais acima daquela observada do ano anterior. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 527 de outubro de 2012, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

### Ativo Circulante

O ativo circulante apresentou uma redução de 34,28% (R\$ 22.756 mil) em 2018, comparativamente a 2017, destacando-se os impostos a recuperar, que individualmente reduziu em R\$ 29.872 mil. Em contra partida, houve um aumento nas contas a receber de clientes e estoques no valor de R\$ 6.856 mil.

### Ativo não Circulante

O ativo não circulante apresentou uma redução de 0,85% (R\$ 1.119 mil), motivado pela baixa de ativos imobilizados registrada no período de 2018.

### Passivo Circulante

O passivo circulante teve uma redução de 23,73% (R\$ 35.335 mil) em 2018, em comparação a 2017. Esta redução se deve principalmente a redução dos empréstimos e financiamentos e dos parcelamentos tributários no valor de R\$ 37.045 mil.

### Passivo não Circulante

O passivo não circulante apresentou uma redução de 0,46% (R\$ 369 mil), sendo atribuído a redução no valor de empréstimos e financiamentos, por amortização da dívida com instituições financeiras.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 2018, ficou negativo em R\$ 19.918 mil, contra R\$ 31.747 mil em 2017, decorrente do lucro registrado no exercício de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

No segmento automotivo, o mercado de montadoras teve uma melhora no desempenho no ano de 2018, registrando um aumento de 27,78%, o mercado de reposição teve um aumento de 10,39% e ainda, as vendas para o mercado ferroviário um aumento de 45,57%.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Em 2018 os principais índices de compras de matérias-primas tiveram as seguintes variações e que influenciaram no CPV:

- Energia Elétrica: 9,09%
- Matéria Prima Usinagem: 24,30%
- Matéria Prima Fundição: 38,56%

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Salvo os impactos pela variação cambial das exportações, as receitas não tiveram impacto acentuado por conta das modificações dos preços. O faturamento foi mantido pelos volumes fabricados e vendidos durante o exercício.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Além dos efeitos mencionados anteriormente, não houve majoração significativa dos insumos dos produtos fabricados.

## **10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica.

### **c. eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não se aplica.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores, somente ênfases.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2018:

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2018 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 69.912 mil (R\$ 82.491 mil em 31 de dezembro de 2017). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 19.918 mil (R\$ 31.747 mil em 31 de dezembro de 2017). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### . Continuidade Operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 69.912 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 19.918 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2018), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2017 e 2018, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

#### . Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 7 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 22.269 mil (R\$ 19.387 mil em 31.12.2017). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 694 mil (R\$ 914 mil em 31.12.2017). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e os a vencer (conceito de perdas incorridas e perdas esperadas) e avalia a situação desses créditos, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 8 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 78 mil (R\$ 187 mil em 31.12.2017). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 11, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 100.750 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contêm premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 15, 16 e 17, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento (vencidos e a vencer), bem como, diversos tributos parcelados junto à Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 136.064 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Provisões e Passivos contingentes - tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado nas demonstrações financeiras totaliza R\$ 15.960 mil, R\$ 23 mil e R\$ 527 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativas a processos e/ou em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas aos principais assuntos fiscais envolvendo a Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras Individuais estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a estimativa da Companhia para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras.

### **Outros assuntos**

#### **. Consolidação programa de recuperação fiscal**

Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### **. Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2017:

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2017 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 82.491 mil (R\$ 123.205 mil em 31 de dezembro de 2016). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 31.747 mil (R\$ 68.485 mil em 31 de dezembro de 2016). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, consequentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**. Continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 82.491 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 31.747 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação no mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2017), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016 e 2017, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

**. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 19.387 mil (R\$ 17.570 mil em 31.12.2016). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 914 mil (R\$ 1.219 mil em 31.12.2016). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Estoques – produtos acabados de difícil realização

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2017, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 187 mil (R\$ 940 mil em 31.12.2016). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Recuperação de ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado possa ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 102.079 mil. A Companhia elaborou laudo com

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contém premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

. Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 167.968 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

**Outros assuntos**

. Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

. Demonstrações do valor adicionado



## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2016:

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB .

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2016 excedeu o total do ativo circulante em R\$ 123.205 mil (R\$ 105.139 mil em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também apresenta Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) no valor de R\$ 68.485 mil (R\$ 52.794 mil em 31 de dezembro de 2015). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. O sucesso dessas medidas é importante para permitir que a Companhia honre os compromissos assumidos com os credores. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso dessas medidas e, consequentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso das medidas mencionadas na nota explicativa 1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Companhia apresenta um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 123.205 mil. Acrescido à isso, apresenta patrimônio líquido negativo em R\$ 68.485 mil. Com o objetivo de recuperar sua lucratividade e capacidade de geração de caixa, elaborou planejamento estratégico para os próximos cinco anos com ações no sistema de gestão produtiva, participação do mercado e readequação das despesas financeiras, em continuidade ao trabalho que já vem sendo desenvolvido ao longo deste exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a análise da avaliação preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas à capacidade de continuidade operacional, avaliação com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, a avaliação da consistência das projeções utilizadas na avaliação da integridade aritmética dos cálculos e a avaliação da adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, ao longo deste exercício (2016), acompanhamos todo trabalho desenvolvido – e ainda em desenvolvimento - para redução dos custos industriais e administrativos com resultados significativos já em 2016, bem como, a renegociação de contratos com instituições financeiras e clientes potenciais, realinhamento de preços e novo posicionamento no mercado.

Com base nas evidências obtidas, as ações planejadas pela administração da Companhia estão sendo executadas e o sucesso dessas ações é condição essencial para a sua continuidade operacional.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Considerando o atual cenário econômico que passa o País, onde inúmeras empresas apresentam-se com dificuldades financeiras, a inadimplência tornou-se um tema de grande preocupação. Conforme a nota explicativa 6 – Clientes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo a receber de clientes no montante de R\$ 17.570 mil (R\$ 19.508 mil em 31.12.2015). Sobre esses créditos tem constituído provisão no valor de R\$ 1.219 mil (R\$ 1.657 mil em 31.12.2015). Para fins de mensuração a Companhia lista todos os créditos vencidos há mais de 30 dias e avalia a situação desses créditos, se realmente em atraso, histórico de negociação com o cliente e sua situação financeira com apoio da área de Crédito, onde a partir de então, determina o valor da provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação do contas a receber que são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Testamos, através dos relatórios financeiros, políticas de créditos e cobrança e mediante testes documentais e consultas junto aos clientes (circularização), a veracidade dos valores registrados contabilmente. Com base nas premissas utilizadas pela Companhia, avaliamos com precisão os cálculos para reconhecimento e mensuração das perdas no recebimento de créditos, o histórico das negociações com os principais clientes em termos de relevância do crédito e histórico de perdas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Estoque – produtos acabados de difícil realização**

Conforme a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2016, saldo de impairment de produtos acabados no montante de R\$ 940 mil (R\$ 917 mil em 31.12.2015). Considerando a redução da atividade industrial no Brasil, a Companhia procedeu a revisão na lista de seus produtos em consonância com as maiores necessidades do mercado. Não obstante, ocorrem situações, que fazem parte do processo do mercado em que a Companhia atua, que o planejamento de produção e vendas acabam não se concretizando, gerando estoques de realização lenta ou de difícil realização. A Companhia, por sua vez, periodicamente, apura esses estoques mediante relatório específico e procede o registro do valor do impairment de produtos acabados.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos o impairment de produtos acabados, obtivemos o relatório dos estoques sem movimento há mais de 180 dias, testamos a sua valoração e efetuamos inspeções físicas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores do impairment dos estoques são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

**Recuperação de ativo imobilizado**

De acordo com o CPC 01 (R1) e IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, avaliar se existe alguma indicação de que um ativo imobilizado, possam ter os seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Na existência de indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos é requerido. Conforme a nota explicativa 10, os ativos imobilizados que foram sujeitos ao teste de recuperação de seus valores totalizam R\$ 106.681 mil. A Companhia elaborou laudo com projeção de fluxo de caixa descontado e rentabilidade futura efetuado por empresa especializada. Revisões dos valores recuperáveis dos ativos imobilizados são complexas, contêm premissas com alto nível de julgamento e se baseiam na avaliação e projeção de rentabilidade futura da Companhia.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nós executamos procedimentos de auditoria para avaliar as premissas utilizadas pela administração em sua revisão de valor recuperável, incluindo a utilização de nossos especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar, avaliar e testar os pressupostos e metodologias utilizados pela administração na preparação das projeções. Avaliamos se a metodologia de avaliação de valor recuperável está de acordo com os requerimentos do CPC 01(R1) e IAS 36, incluindo a adequação da divulgação efetuada na nota explicativa 2.4.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia estão adequadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

**Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos de tributos**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Conforme descrito nas notas explicativas 14, 15 e 16, a Companhia possui Obrigações sociais e tributárias pendentes de pagamento, bem como, diversos tributos parcelados junto a Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 171.121 mil. O controle dos valores a pagar e dos parcelamentos foi elaborado com o auxílio de especialistas e o monitoramento e acompanhamento dos saldos é efetuado na área de controladoria.

A avaliação da atualização dos valores a pagar, bem como dos parcelamentos representou um aspecto significativo de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos para as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela necessidade de avaliar a integridade das informações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos a precisão dos cálculos utilizados para reconhecimento e mensuração dos valores apresentados nas planilhas de atualização. Testamos se os índices de atualização aplicados estão em conformidade com aqueles determinados pela legislação fiscal e pela Receita Federal do Brasil. Obtivemos informações dos especialistas que assessoram a Companhia nos processos tributários. Avaliamos, também, a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação das Obrigações sociais e tributárias e parcelamentos são adequados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

**Outros assuntos**

Consolidação programa de recuperação fiscal

Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia aderiu ao programa de recuperação de débitos fiscais do Governo Federal facultado pela Lei nº 12.996/2014. Chamamos à atenção para a respectiva nota explicativa, que descreve a incerteza relacionada ao resultado da consolidação parcial dos débitos inclusos no programa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 1.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### 1.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

### Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

#### a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

#### b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### 1.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

### 1.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

### 1.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 1.6 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "*impairment*" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

### 1.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

### 1.8 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

### 1.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<b>Grupo patrimonial</b>	<b>Prazo</b>
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 1.10 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

#### a) Marcas e patentes

Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

#### b) Programas de computadores (licenças de softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

### 1.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

### 1.12 Empréstimos e financiamentos

#### Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

#### Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

### 1.13 Provisões

#### Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Provisões para litígios (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 1.14 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### Venda de produtos e serviços

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos pelo curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece receita quando:

- i) Ocorrer à transferência para o comprador dos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens;
- ii) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- iii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- iv) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com as vendas tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo do cliente, o tipo de transação e as especializações de cada venda.

### 1.15 Impostos

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

### Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	7,6%
CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	2,5%

### 1.16 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

### 2. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2018. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os investimentos previstos para o ano de 2019 destinam-se essencialmente a adequação aquisição de novas máquinas, equipamentos, adequação de instalações industriais e dispositivos de produção. Os valores previstos correspondem a aproximadamente R\$ 7.615 mil.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos previstos para 2019 serão realizados principalmente com recursos de terceiros sendo financiamentos com instituições financeira e também direto com o fornecedor e também com recursos próprios provenientes de capital de giro.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não tem previsão de desinvestimentos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há nenhum fato a comentar.

**c. novos produtos e serviços, indicando:****i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Estas divulgações são feitas anualmente nas convenções de vendas que a Companhia realiza internamente, abrangendo os novos produtos que serão disponibilizados para o mercado no transcorrer de cada exercício social, os quais não são divulgadas de forma antecipada para o mercado.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2018 foram investidos R\$ 2.100 mil em P&D.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

A Companhia adota como política não divulgar de forma antecipada os projetos e produtos que estão em processo de desenvolvimento.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2018, totalizaram R\$ 593 mil.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não existem outros fatores com influências relevantes.